



“SE NÃO FOSSE QUESTÃO DE MEDO, A MULHER IA DAR!”: DISCURSOS DE ADOLESCENTES SOBRE INICIAÇÃO SEXUAL

Vinicius Mascarenhas dos Passos ¹
Marcos Lopes de Souza ²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os discursos sobre sexualidade construídos/as pelos/as discentes do ensino fundamental por meio da disciplina Educação para Sexualidade. Este componente curricular integra o núcleo diversificado do currículo das escolas municipais da cidade de Jequié-BA. Os/as entrevistados/as foram 59 estudantes que cursaram essa disciplina em duas escolas municipais distintas em quatro diferentes turmas (duas do 6º/7º ano e duas do 8º/9º ano) da Educação de Jovens e Adultos - Tempo Juvenil, no período letivo de 2018. Nesta investigação o material empírico foi construído por intermédio do grupo focal feito por turma com a utilização depoimentos de discentes referente à virgindade. Para garantir o anonimato dos/as alunos/as e das escolas serão utilizados códigos. Os discursos dos/as adolescente evidenciaram que o homem apresenta um desejo sexual intrínseco difícil de ser controlado, diferentemente da mulher. No entanto, foi apontado que há uma maior regulação do desejo sexual da mulher e que uma iniciação sexual ocorrida em idade mais jovem causa receio em boa parte delas, em virtude do estigma associado a virgindade da mulher.

Palavras-chave: Educação para Sexualidade, EJA juvenil, Ensino Fundamental, Virgindade.

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira falar sobre a virgindade ainda provoca diversas reações, dentre elas, posicionamentos contrários a discussão desses temas na escola. Embora nos últimos anos tenhamos tido um investimento no diálogo sobre sexualidade na escola por meio dos diferentes documentos curriculares (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, Programa Escola Sem Homofobia), a escola ainda se vê encurralada quando aborda temáticas como a iniciação sexual.

As instituições de ensino são consideradas como um espaço privilegiado para a difusão de conhecimentos que promovem reflexões, questionamentos e discussões favoráveis a (des)construção de normas e padrões socialmente impostos, apesar de haver controles dessa discussão. Este fato é evidenciado por Foucault (1984) ao retratar como as instâncias de

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, vini-mascarenhas@hotmail.com;

² Professor Titular do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Professor permanente do PPGREC e do PPECFP da UESB, markuslopessouza@gmail.com;



produção discursiva, de poder e de saber, algumas vezes têm a função de silenciar e impedir a abordagem desses conteúdos e outras de proliferação de discursos.

A motivação em trabalhar sobre essas questões, muitas vezes, partem dos/as professores/as em detrimento da vontade dos/as alunos/as em querer saber sobre essas temáticas (FIGUEIRÓ, 1996). Entretanto, os/as docentes, normalmente, não têm momentos em sua formação para lidar com esses conteúdos e o currículo escolar não aborda tal perspectiva. Dessa forma, os/as estudantes acabam por lidar com a insegurança e informação limitada nas discussões sobre sexualidade, incluindo temas como virgindade.

Historicamente, alguns movimentos conservadores contribuíram para um jogo político e social da regulação da vida em torno da sexualidade, por isso, trabalhar com essas questões colocam os/as docentes diante de vários desafios. Como exemplo temos o Movimento Escola Sem Partido que objetiva a criação de meios que não permitam os/as professores/as ensinarem os/as alunos/as seus princípios morais, políticos e religiosos. Segundo informações contidas no site desse movimento³, “numa aula de Ciências, ao tratar do aparelho reprodutor, o professor aproveita para explicar aos/as discentes ‘como se transa’”. Esse pensamento revela o discurso conservador aliado a falta de informação e a regulação das ideias/attitudes dos/as professores/as em discutir a sexualidade.

Apesar do conservadorismo frente a essas discussões, o poder público passou a estimular projetos de Educação Sexual, como o ocorrido na cidade de Jequié-BA onde desde 2004, há um componente curricular que integra a matriz curricular diversificada do ensino fundamental nas escolas municipais. A implementação da disciplina Educação para Sexualidade nessa faixa classificatória se deu pelo entendimento de que os/as adolescentes têm idade suficiente para discutirem sobre o tema e suprir a necessidade de informações dessas discussões devido ao aumento do número de casos da gravidez na adolescência e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)⁴/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) (AZEVEDO; SOUZA, 2016).

Nessa perspectiva, investimos em realizar essa pesquisa com o propósito de entender melhor as questões referentes a virgindade na juventude de acordo com a perspectiva dos/as estudantes que cursaram a disciplina de Educação para Sexualidade no segundo semestre do

³ No site do Movimento Escola Sem Partido há menções contrárias ao debate sobre sexualidade. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/educacao-moral/442-quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio>>. Acesso em: 10 de julho. de 2019.

⁴ A terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) substituiu o termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) porque salienta que uma pessoa pode ter e transmitir uma infecção sem apresentar sinais ou sintomas.

ano letivo de 2018. Portanto, esta investigação norteia-se pelas questões: Quais discursos sobre virgindade são construídos pelos/as discentes por meio dessa disciplina?

A importância de trabalhar uma educação voltada para a sexualidade é refletir sobre os discursos naturalizados culturalmente, colocando-os sob suspeita e vigilância, buscando novas formas de pensar e questionar as relações de saber e poder, ampliando olhares em outras direções e possibilidades (XAVIER FILHA, 2009). Acreditamos que discutir sexualidade na escola é importante para que os/as estudantes dialoguem de maneira mais aberta; desconstruam os discursos de ódio em relação às minorias sexuais e combatam a violência sexual que atinge crianças e adolescentes e ampliem os conhecimentos sobre os seus corpos.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com base na abordagem qualitativa, na qual se aprofunda no mundo dos significados sociais e subjetividades, analisando as inter-relações entre o conhecimento e as práticas de discentes sobre questões relacionadas a sexualidade. Buscamos compreender os pontos de vista subjetivos, durante a elaboração e no curso das interações, reconstruindo o campo social e o significado oculto das suas práticas (FLICK, 2009).

Ao analisar a abordagem qualitativa aproximo-me da vertente pós-estruturalista que pode contribuir significativamente para essa discussão pensando na valorização das subjetividades e singularidades das pessoas envolvidas na pesquisa. De acordo com Louro (2007) devemos desconfiar das certezas definitivas e universais; operar com uma metodologia provisória em conformidade com a historicidade, conceitos e teorias nos diferentes contextos; questionar o pensamento binário visando experimentar a pluralidade; analisar os regimes de verdade e as disputas nas relações de saber-poder.

Esse trabalho foi realizado em duas unidades escolares municipais situadas em bairros periféricos distintos da cidade de Jequié/Bahia, apresentando em seu currículo a disciplina Educação para Sexualidade. Estar localizadas em bairros distantes entre si, serem turmas com Educação de Jovens e Adultos (EJA) Tempo juvenil e apresentarem diferentes professores/as responsáveis pela disciplina foram os critérios utilizados para a escolha das escolas .

A proposta da EJA Tempo juvenil foi criada para atender adolescentes que buscam a continuidade do acesso ao ensino, mas pararam de estudar por diversos motivos; não tiveram oportunidades de acesso à educação; não estão conseguindo um rendimento suficiente no ensino regular (BRASIL, 2000). Assim sendo, esta proposta considera as necessidades específicas desse grupo, preocupa-se com as culturas juvenis e o que eles/as esperam do mundo do trabalho.

A maioria dos estudos evidencia as turmas regulares e existem poucas pesquisas com turmas de EJA juvenil, dessa forma, torna-se relevante evidenciar esse grupo.

Essa pesquisa foi realizada com 59 estudantes em quatro turmas que cursavam a disciplina Educação para sexualidade em duas escolas distintas no período letivo de 2018 (na instituição 1, na turma A haviam 15 pessoas e na B haviam 12 e na instituição 2, na turma C tinha 15 pessoas e na D tinha 17). Para construção do material empírico desta investigação utilizamos o grupo focal, caracterizado pela interação entre os participantes e o pesquisador, sobretudo da interação do grupo com base na discussão focada em tópicos específicos (DAL'IGNA, 2012). Durante a realização do grupo focal utilizamos depoimentos de alunos/as de escolas públicas e particulares dos diversos estados brasileiros que versavam sobre as seguintes temáticas: virgindade, vida sexual, a contracepção, a conversa sobre sexualidade, gravidez, aborto, homofobia e violência sexual na juventude, entretanto, algumas outras questões surgiram ao longo dos diálogos com cada grupo.

Os depoimentos foram retirados do livro *Juventudes e Sexualidades* das autoras Mary Garcia Castro, Miriam Abramovay e Lorena Bernadete da Silva (2004). Nele consta a necessidade de conhecer a juventude brasileira em sua diversidade. Nesta pesquisa optamos por discutir a questão referente a virgindade.

Durante o desenvolvimento do grupo focal os temas foram sorteados. Dessa forma, foi possível perceber que dependendo da temática selecionada, alguns/mas discentes estavam tímidos/as e pouco contribuíram nas/com suas falas durante a conversa. Entretanto, outros/as estudantes mostraram-se mais confortáveis, sociáveis e comunicativos/as, trazendo reflexões importantes. Neste momento foi importante adquirir a confiança dos/as alunos/as para que não se sentissem obrigados/as a falarem nem, tampouco, avaliados/as. Buscamos estimular tanto as ideias consensuais quanto às contrárias. Todas as conversas foram registradas em áudio com o consentimento dos/as participantes e, posteriormente, transcritas.

Para garantir o anonimato dos/as alunos/as e das escolas serão utilizados códigos. Quando se tratar do pesquisador utilizaremos P, quando for todos/as usaremos T e quando for estudante o código será representado por três partes: 1) sexo/gênero: se for aluna será utilizada a letra A e se for aluno a letra O, sendo que a cada estudante diferente usaremos um número subscrito; 2) instituição: utilizaremos números 1 ou 2 para diferenciá-las e 3) tempo juvenil: usaremos 6/7 para 6/7º ano ou 8/9 para 8/9º ano. Todos/as os/as participantes consentiram a sua participação na pesquisa por meio do termo de esclarecimento e, depois de esclarecidos/as, os/as participantes maiores de idade e os familiares ou responsáveis dos/as que eram menores de idade assinaram o termo de consentimento.

Realizamos uma leitura detalhada dos relatos e analisamos com base na literatura científica e nos referenciais que discorrem sobre a virgindade.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente, Foucault (1984) destaca que diferentes sociedades construíram discursos sobre sexualidade, instaurando saberes e produziram "verdades" visando regular e normatizar a vida das pessoas no século XVIII. Diante disso, a família e a escola surgiram como espaços reconhecidos para falar de sexo.

A escola tem sido apontada como um importante espaço de intervenção sobre a sexualidade adolescente pelo seu entendimento como espaço privilegiado para reforçar, modificar e ressignificar princípios mediante regimentos, organização dos espaços e distribuição de tempo. De acordo com Meyer et al. (2007), nesse contexto produziram a representação da sexualidade feminina passiva, destinada ao prazer masculino e desvinculada do prazer sexual, reforçando a vivência da sexualidade para o casamento e a procriação.

Trazendo inúmeras recomendações, expectativas e distinções de gênero, manuais de boas maneiras e civilidade foram veiculados e ganharam força nos séculos XIX e XX. Dessa forma, as mulheres deveriam ser recatadas, esconder seus sentimentos, consentir e calar. Em contrapartida, os homens deveria ser afastados de pensamentos "perigosos", que poderiam comprometer a construção de sua masculinidade. A educação sexual escolar brasileira pensada, respectivamente, nessas épocas tinham como perspectiva um caráter médico-higienista e eugênica.

Em nosso país, nas primeiras décadas do século XX e antes do regime militar a escola sofreu modificações. De acordo com César (2009), o país vivia um clima de “renovação pedagógica” e alguns estados brasileiros organizaram programas de educação sexual com as “novidades pedagógicas” e curriculares, entretanto, estas experiências específicas de educação sexual foram proibidas e eliminadas pela ditadura militar. Somente após a abertura política, na década de 1980 houve um aumento das discussões sobre sexualidade nas escolas e das produções acadêmicas e científicas (FIGUEIRÓ, 1996). Uma década depois, a escola foi tida como um espaço fundamental para falar sobre “o sexo seguro”, por conta da explosão dos casos de pessoas com o vírus do HIV. Segundo Altmann (2003), a escola:

É incumbida de uma ambiciosa tarefa que vai além do acesso a informações sobre controle de natalidade e práticas preventivas: deve formar sujeitos auto-disciplinados que vivam a iniciação de sua vida sexual afastando-se da gravidez, dos perigos

trazidos pela AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST's) (ALTMANN, 2003, p. 285-286).

A partir disso, a sexualidade adolescente foi apontada como foco de investimento e instrumento político após adquirir uma dimensão de problema social e de saúde pública. Segundo Calazans (2000) e Domingues (1997), pesquisas sobre o comportamento sexual indicam que os/as adolescentes tiveram um crescimento na taxa de fecundação, utilizando métodos contraceptivos cada vez mais cedo e correlacionaram o início da vida sexual com o menor nível de escolaridade.

Ao final dos anos 1990 a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e Cultura/ - SEF/MEC, criou Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com o objetivo de desenvolver nas escolas, transversalmente, temas considerados de urgência social (BRASIL, 1998). Um aspecto a ser considerado é que, apesar de haver a inclusão da sexualidade de forma transversal, existe um receio de se falar sobre isso nas instituições escolares devido ao conservadorismo dos familiares e do próprio corpo escolar, além da formação ineficiente dos/as educadores/as. Contudo, ainda que as instituições escolares não abordem ou proíbam que essas questões sejam apresentadas no currículo, a sexualidade não se limita a espaços e, portanto, não depende da vontade deles/as (LOURO, 2009).

Recentemente, as questões da sexualidade têm sido vistas como impróprias para a escola. Como empecilho sobre essas discussões, segundo Algebaile (2017) é possível citar o Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004, objetivando a disseminação de ideias, denúncias, práticas e procedimentos de vigilância, controle e criminalização as “práticas de doutrinação” que são identificadas em aulas, materiais escolares e acadêmicos. Esses movimentos conservadores têm entendido que as discussões sobre sexualidade devem ser restritas ao ambiente familiar. Entretanto, algumas famílias apresentam dificuldades em falar ou não falam sobre esses assuntos em casa. Na perspectiva dos/as adolescentes “os pais não estão preparados e não sentem segurança para discutir com os filhos questões sobre sexualidade. Algumas destacaram a importância dos pais adquirirem mais conhecimento para que esta realidade de distanciamento e silêncio seja modificada” (AMARAL; FONSECA, 2006, p. 472).

Apesar desse conservadorismo frente ao debate sobre sexualidade, nas escolas municipais da cidade de Jequié/Bahia, foi criado e resiste uma disciplina nomeada de Educação para Sexualidade que compõe a parte diversificada da matriz curricular dos anos finais do ensino fundamental, desde 2005. Essa disciplina é fruto da iniciativa do Conselho Municipal de Educação do município que, respaldado na LDB 9.394/96 em seu artigo 11, possui autonomia pedagógica para tanto, diante das características socioculturais em que a escola está

inserida. (AZEVEDO; SOUZA, 2016). Ter um componente curricular que discuta a sexualidade tem como foco principal destinar um espaço específico para o debate deste tema, em contrapartida, isto pode ocasionar a restrição das discussões apenas a um determinado momento.

O QUE PENSAM OS(AS) DISCENTES SOBRE A VIRGINDADE?

De maneira geral a pesquisa evidenciou que nas discussões sobre virgindade surgiram sentimentos diversos como o prazer e o medo por não terem vivência nas relações sexuais e a diferenciação do comportamento e delimitação das atitudes entre os gêneros masculino e feminino.

Iniciamos a discussão com a turma por intermédio de um relato de um grupo focal com alunas de uma escola pública da cidade de Salvador/BA a respeito da virgindade, publicado no livro de Castro et al. (2004). O trecho do relato utilizado foi:

- “Não, a mulher consegue se segurar até um tempão, segura muito tempo, homem, não, chega quinze dias tá subindo pelas paredes.
- É aquele negócio. Ser homem. Tem que ir.
- Sente mais necessidade.
- É, o homem sente mais necessidade do que a mulher, realmente” (CASTRO, 2004, p. 73).

Com esse depoimento, ao serem questionados se o homem ou a mulher sentiam uma maior necessidade em manter relações sexuais, alguns/mas discentes da disciplina evidenciaram que:

- “Homem não aguenta segurar não agora a mulher aguenta. Não é?” (A₁1-8/9).
- “Por que vocês acham que o homem não aguenta?” (P).
- “Porque homem tem aquele jeito de homem, é a natureza dele. Tem homem que não aguenta” (O₁1-8/9).
- “Bate logo uma punheta” (A₁1-8/9).
- “Agora homem não segura não, homem quer porque quer” (A₂1-8/9).
- “Se tá com vontade... se não arranjar vai lá no banheiro e ó” (A₁1-8/9).
- “Se o cara tá lá sentindo e não acha uma mulher para dar, vai quebrar punheta” (O₁1-6/7).
- “Vocês acham que o homem sente uma maior necessidade de ter uma maior frequência sexual do que as mulheres?” (P).
- “Eu acho, não vou mentir...” (O₁2-8/9).
- “Por quê? Você acha que o homem tem o que que a mulher não tem?” (P).
- “Pênis...” (O₁2-8/9).

De acordo com esses trechos o homem sente uma maior necessidade em ter relações sexuais porque vai ao encontro de sua natureza. E uma forma de controlar seu instinto, momentaneamente, seria por meio da masturbação, não vista como estranhamento como

acontece com as mulheres, ao contrário, pais, tios, irmãos e amigos incentivam os/as adolescentes a se masturbarem. No entanto, quando se pensa nas mulheres a masturbação não é tida como uma forma de prazer, ao contrário, é tida como algo a ser evitado porque torna a mulher impura. A esse respeito Felipe (2000) enfatiza que o instinto masculino, desde o século XVIII, era utilizado como argumento para confirmar as desigualdades entre os sexos.

Outro aspecto evidenciado foi a concepção de que genitália estaria associado a diferença entre homem e mulher. Desta forma, pelo fato de o homem possuir pênis teria maior desejo sexual nas relações em detrimento das mulheres, inclusive um desejo incontrollável. Segundo Amaral e Fonseca (2006) existe um interesse precoce dos meninos para deixarem de serem virgens, no qual, muitas vezes, são estimulados pelos pais e amigos a terem relações sexuais cada vez mais cedo (12, 13, 14 anos) como prova de masculinidade. Dessa forma, iniciando mais cedo a vida sexual é possível obter mais experiência e, conseqüentemente, eficiência na vida adulta.

Em oposição aos homens, as meninas são controladas pela família e deveriam iniciar a vida sexual mais tarde. Nessa perspectiva, Felipe (2000) complementa que a proposta de educação pautada para as mulheres ainda está baseada na religião, na moral e na ideia de servir. Ao considerar que existe uma distinção entre gêneros para lidar com o desejo, as mulheres são tidas como dominadoras de suas vontades sexuais, podendo adiar sua iniciação.

Nesse mesmo grupo focal também foi evidenciado pelos alunos que a excitação sexual do homem é maior do que a das mulheres:

“Porque o homem qualquer coisa fica excitado e a mulher não” (A₃2-8/9).

“Bafar [colocar] a mão assim, ó” (O₂2-8/9).

“Ah, safado! então quando tu botou a mão na minha bunda tu tava aproveitando foi” (A₃2-8/9).

“Mentira” (O₂2-8/9).

“Ainda mais com essa menina com as pernas abertas desse jeito, como é que o negócio do cara não sobe? Né não?” (O₃2-8/9).

Neste diálogo transparece que para os/as discentes que as mulheres por não terem uma ereção visível ou demorarem para chegar ao orgasmo, elas não se excitam facilmente. Em contrapartida, o homem apresentaria o oposto dessas características, justificando que são provocados pelas mulheres e, por isso, a necessidade de ter mais relações sexuais. Nesse contexto, uma aluna revelou que um aluno estaria se aproveitando de um determinado momento colocando a mão no seu corpo. Neste aspecto, as adolescentes são consideradas como despertoras sexuais dos meninos. Este processo é condicionado pela construção do modelo de masculinidade hegemônica.

Em outro grupo focal feito na instituição 2, na turma do 6º/7º ano, os/as discentes apresentaram alguns temores com relação à perda da virgindade:

“A mulher aguenta segurar porque o homem é mais alvoraçado do que a mulher” (A₁₂-6/7).

“Não, né questão de alvoraço não, é questão de medo, mulher tem medo. Se não fosse isso já tinha liberado aos 7, 9 anos” (O₁₂-6/7).

“Medo de que?” (P).

“Medo de doer” (O₁₂-6/7).

“Tem gente que fala que dói igual uma dor de cabeça. Mentira pura que não é isso, só estrala e pronto, perdeu” (A₁₂-6/7).

“Se não fosse questão de medo, a mulher ia dar!” (A₂₂-6/7).

“Eu perdi a minha com 16 anos, tenho 17 hoje, olha que orgulho da minha mãe” (A₁₂-6/7).

A princípio foi levantando o fato de que os homens apresentam um desejo sexual maior do que as mulheres. Todavia, um dos discentes mencionou que o medo do desconhecido e não o desejo é que dificulta a iniciação sexual das garotas. Para os/as estudantes a associação da primeira relação sexual da mulher com sensações de dores também afeta a iniciação sexual dela. Além disso, Amaral e Fonseca (2006) trazem que outros receios estão relacionados à possibilidade de gravidez na juventude e ao contágio de Infecções Sexualmente Transmissíveis, bem como, dos comentários gerados e o medo da reação das famílias. Quando a aluna revela ter perdido a virgindade aos 16 anos é reforçada a ideia de que quanto mais tarde ocorrer a iniciação sexual das mulheres seria orgulhoso, sendo representada como símbolo de pureza e valor.

No grupo focal com outra turma, alunos/as relataram o tempo máximo de espera para um homem ficar sem ter relações sexuais, especialmente, quando ele se relaciona com uma mulher virgem:

“O homem com dois meses ele já não consegue mais, ele quer porque quer ir” (O₂₁-8/9).

“É, porque tem homem que ainda respeita, se for namorar com uma mulher virgem ele respeita um mês, mas depois...já era” (A₃₁-8/9).

Ao longo do tempo o pensamento sobre a virgindade foi sendo revisto. De início a mulher deveria se manter virgem até o casamento, inclusive, aquelas que não fizessem sofreriam penalizações, eram chamadas as mulheres perdidas. Nos últimos anos, embora para alguns grupos sociais essa ideia de virgindade ainda se mantenha, para outros a escolha de iniciar ou não a vida sexual compete a mulher em si, que pode ocorrer tanto em relações casuais quanto no casamento. Em contrapartida, a virgindade nunca foi algo pensado para os homens, pelo contrário, eles deveriam perder o “cabaço” enquanto adolescentes a fim de afirmar a sua masculinidade. Dessa forma, os meninos se sentiam mais à vontade para viver a sua

sexualidade, priorizando o prazer e sem se preocupar com as fofocas que possam ser geradas pelo seu comportamento. Por isso, seu tempo de espera para ter relações sexuais é reduzido ou inexistente. Por outro lado, aqueles que não iniciassem a vida sexual eram contestados quanto à sua masculinidade e sua identidade sexual.

Numa pesquisa realizada em âmbito nacional brasileiro por Vera Paiva et al. (2008), sobre as opiniões e atitudes em relação à sexualidade em 2005, mostrou-se que foram dominantes as opiniões relativas pela iniciação sexual dos/as jovens depois do casamento (63,9% para iniciação feminina vs. 52,4% para a masculina). Essa diferença manteve-se independentemente de fatores como a idade, escolaridade, renda, religião, sexo, cor ou região de residência. Para a autora, a normatividade relativa à atividade sexual deve ser compreendida com base na cultura e organização social da sexualidade ao nível local. No Nordeste e entre os menos escolarizados, a moralidade distinta para homens e mulheres foi mais pronunciada. Este aspecto mostra como a cultura brasileira ainda apresenta um caráter conservador em relação à perda da virgindade, principalmente no estado nordestino.

Durante os relatos foi possível perceber o ritmo de cada grupo em querer discutir essas questões. Uma inquietude a ser observada foi a vontade de saber mais sobre a vida sexual durante o casamento.

“Quando o homem é casado... eu fico perguntando pra quem é casado que eu tenho intimidade... tem homem que quer e a mulher não quer, tem homem que é mais alvorçado e a mulher é mais resguardada” (A₁₂-6/7).

Nesta fala é possível problematizar, mais uma vez, a ideia de que o homem tem um desejo incontrolável ou fora do normal, tendo em vista que os homens aprendem desde criança que devem viver as suas relações sexuais de forma intensa, diferente das mulheres que mesmo quando casadas ainda é cobrada delas uma forma correta de viver a vida sexual que, geralmente, é ser mais resguardada. Este fato evidencia a necessidade de discussão da sexualidade para que os/as estudantes pensem sobre como a cultura produz os nossos pensamentos e as nossas atitudes sobre a sexualidade e que ao repensar sobre isso os/as estudantes possam fazer as escolhas que desejarem.

Dado ao exposto, foi possível perceber que houve uma aproximação do resultado deste grupo focal com a pesquisa de Castro et. al (2004), no que diz respeito ao ressaltar a virgindade como um marco na diferenciação entre gêneros na cultura brasileira, permanecendo uma referência que norteia comportamentos e delimita atitudes. Ainda para essa autora, existe uma cobrança de uma atividade sexual mais precoce e intensa para os homens, a fim de se diferenciar

das mulheres e serem considerados adultos. Enquanto os jovens são considerados despertados sexualmente pelas mulheres.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

A análise dos grupos focais evidenciaram discursos interligados e ao mesmo tempo contraditórios entre gêneros, sendo possível enfatizar as relações de poder e a resignificação presentes na perda da virgindade na juventude, sendo determinado alguns comportamentos e atitudes.

Normalmente, os homens são iniciados sexualmente mais cedo em detrimento das mulheres que são controladas e devem permanecer puras até o casamento. A frequência da atividade sexual e a “naturalização” do fazer sexo também foram aspectos significativos presente na vida dos meninos. Existe uma consideração que estes possuem um desejo sexual mais aflorado e por isso devem realizar mais práticas sexuais. No entanto, também foi apresentado que esta iniciação sexual é mais tardia nas mulheres em virtude da construção do medo e não de um desejo menor.

REFERÊNCIAS

- ALGEBAIL, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ, 2017, p. 64.
- ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. In: **Cadernos Pagu.** São Paulo, v. 21, p. 281-315, 2003.
- AMARAL, M. A.; FONSECA, R. M. G. S. da. Entre o desejo e o medo: as representações sociais das adolescentes acerca da iniciação sexual. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 469-476, 2006.
- AZEVEDO, S. M. M. M.; SOUZA, M. L. O ensino da sexualidade em um componente curricular específico: regulações e escapes. **Ensino em Revista.** Minas Gerais, v. 23, n. 2, p. 367-386, 2016.
- BRASIL. Parecer Nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. **Conselho nacional de educação/ Câmara de Educação Básica.** Brasília, 2000.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos - **apresentação dos temas transversais/**Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALAZANS, G. Cultura adolescente e saúde: perspectivas para investigação. In: Oliveira MC, organizadora, **Cultura, adolescência, saúde**. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde reprodutiva e sexualidade na América latina/CEDE/COLMEX/ NEPO/UNICAMP; 2000. p. 44-97.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Revista Educar**. Curitiba, n.35, p. 37-51. 2009.

DAL’IGNA, M. C. Grupo focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M.A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

DOMINGUES, C. **Identidade e sexualidade no discurso adolescente** [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 1997.

FELIPE, J. Infância, gênero e sexualidade. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n.25, p. 115-131, 2000.

FIGUEIRÓ, M. N. D. A produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p 50-63, 1996.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

LOURO, G. L. Conhecer, pesquisar e escrever... **Educação, Sociedade e Culturas**, n 25, p. 235-245, 2007.

LOURO, G. L. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos da Diversidade/Sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 29-36.

MEYER, D, E. E.; KLEIN, C.; ANDRADE, S. dos S. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 46, p. 219-239, Dec. 2007 .

PAIVA, V.; ARANHA, F.; BASTOS, F. I. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 42, supl. 1, p. 54-64, Junho, 2008 .

XAVIER FILHA, C. Educação para a Sexualidade: carregar água na peneira? In: RIBEIRO, P. R. C. et al. (org.) **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Editora da FURG, 2009. p. 85-103.